



CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS DA MANGABEIRA – CE

Rua Monsenhor Méceno, S/N, Centro, Lavras da Mangabeira - CE
CEP: 63.300-000 | CNPJ: 12.464.996/0001-75

PROJETO DE LEI Nº 06/2026 VEREADOR RAFAEL MACÊDO

DISPÕE SOBRE O ESTATUTO PARA PESSOAS
COM O TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA –
TEA NO MUNICÍPIO DE LAVRAS DA
MANGABEIRA/CE..

RAFAEL MACÊDO, Vereador, no uso de suas atribuições legais instituídas pela Lei Orgânica e Constituição Federal, propõe para apreciação desta augusta casa o presente Projeto de Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituída no município de Lavras da Mangabeira/CE, o Estatuto da Pessoa com Transtorno de Espectro Autista (TEA), destinado a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o acesso ao tratamento adequado e o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com Transtorno de Espectro Autista com vistas a garantir o respeito à dignidade, à cidadania e à sua inclusão social.

Parágrafo único - Esta Lei estabelece princípios e objetivos essenciais à proteção dos direitos da pessoa com Transtorno de Espectro Autista e à efetivação de políticas públicas.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 2º. São princípios essenciais deste Estatuto:

- Respeito à dignidade da pessoa humana, à igualdade, à não discriminação e à autonomia individual;



CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS DA MANGABEIRA – CE

Rua Monsenhor Meceno, S/N, Centro, Lavras da Mangabeira - CE
CEP: 63.300-000 | CNPJ.: 12.464.996/0001-75

II - Acesso universal e equânime ao tratamento adequado;

III - Diagnóstico precoce;

IV - Informação clara e confiável sobre TEA;

V - Transparência das informações dos órgãos e das entidades em seus processos, prazos e fluxos;

VI - Oferecimento de tratamento sistêmico referenciado em acordo com diretrizes preestabelecidas por órgãos competentes;

VII - Fomento à formação e à especialização dos profissionais envolvidos;

VIII - Estímulo à conscientização, à educação e ao apoio familiar;

IX - Ampliação da rede de atendimento e de sua infraestrutura;

X - Sustentabilidade dos tratamentos, garantida, inclusive, a tomada de decisão com vistas à prevenção de agravamentos e à socioeficiência;

XI - humanização da atenção ao paciente e à sua família.

Art. 3º. São objetivos essenciais deste Estatuto, onde o Poder Público poderá:

I - Garantir e viabilizar o pleno exercício dos direitos sociais da pessoa com Transtorno de Espectro Autista;

II - Fomentar a comunicação, a publicidade e a conscientização sobre o TEA, seus tratamentos e os direitos da pessoa com Transtorno de Espectro Autista;

III - Garantir transparência das informações dos órgãos e das entidades em seus processos, prazos e fluxos e o acesso às informações imprescindíveis acerca do TEA e do seu tratamento pelos pacientes e por seus familiares;



CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS DA MANGABEIRA – CE

Rua Monsenhor Meceno, S/N, Centro, Lavras da Mangabeira - CE
CEP: 63.300-000 | CNPJ: 12.464.996/0001-75

- IV - Garantir o cumprimento da legislação vigente com vistas a reduzir as dificuldades da pessoa com Transtorno de Espectro Autista desde o diagnóstico até a realização do tratamento;
- V - Promover o Controle na Rede de Atenção à Saúde da pessoa com Transtorno de Espectro Autista no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);
- VI - Promover a articulação entre órgãos e entidades sobre tecnologias, conhecimentos, métodos e práticas na possível prevenção e no tratamento do TEA;
- VII - Viabilizar métodos e sistemas para aferição qualificada do número de pessoas acometidas pelo TEA;
- VIII – Promover a formação, a qualificação e a especialização dos recursos humanos envolvidos no processo de tratamento da pessoa com Transtorno de Espectro Autista;
- IX - Combater a desinformação e o preconceito;
- X - Contribuir para melhoria na qualidade de vida e no tratamento da pessoa com Transtorno de Espectro Autista e de seus familiares, como:
- a) Instituir o censo informativo da pessoa com deficiência.
 - b) Poderá promover a inserção do Símbolo Mundial do Autismo nas placas de atendimento prioritário, nos meios de transportes coletivos públicos e privados no Município de Lavras da Mangabeira/CE.
 - c) Poderá promover a reserva de vagas devidamente sinalizadas, em todas as áreas do estacionamento de veículos, localizadas em vias ou em espaços públicos, para veículos que transportem pessoas com Transtorno de Espectro Autista.
- XI - Reduzir a mortalidade e a incapacidade causadas pelo TEA;
- XII - Fomentar a educação e o apoio ao paciente e à sua família;
- XIII - Incentivar a criação, a manutenção e a utilização de fundos especiais, nacionais, estaduais e municipais de prevenção ao Transtorno de Espectro Autista;
- XIV - Poderá regulamentar o uso do cordão Girassol, um símbolo de identificação de Pessoas com deficiência não visível como o Transtorno Espectro Autista.
- XVI – Estimular a expansão contínua, sustentável e responsável da rede de atendimento e de sua infraestrutura;



CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS DA MANGABEIRA – CE

Rua Monsenhor Meceno, S/N, Centro, Lavras da Mangabeira - CE
CEP: 63.300-000 | CNPJ: 12.464.996/0001-75

XVII – Estimular a humanização do tratamento, prestando atenção diferenciada ao paciente e sua família;

CAPÍTULO III

DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Art. 4º. São Direitos fundamentais da pessoa com Transtorno de Espectro Autista (TEA), onde o Poder Público, poderá promover:

- I -** Obtenção de diagnóstico e laudos;
- II -** Acesso a tratamento universal, equânime, adequado e menos nocivo;
- III -** Acesso a informações transparentes e objetivas relativas ao TEA;
- IV -** Assistência social e jurídica;
- V -** Prioridade;
- VI -** Proteção do seu bem-estar pessoal, social e econômico;
- VII -** Tratamento domiciliar priorizado;

§ 1º - Para os efeitos desta Lei, considera-se pessoa com Transtorno de Espectro Autista aquela que tenha o regular diagnóstico, nos termos de relatório elaborado por médico devidamente inscrito no conselho profissional, acompanhado pelos laudos e exames diagnósticos complementares necessários para a correta caracterização do transtorno.

§ 2º - Entende-se por direito à prioridade, previsto no inciso V do caput deste artigo, as seguintes garantias concedidas à pessoa com Transtorno de Espectro Autista clinicamente ativo, respeitadas e conciliadas as normas que garantem o mesmo direito aos idosos, às gestantes e às pessoas com deficiência:



CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS DA MANGABEIRA – CE

Rua Monsenhor Meceno, S/N, Centro, Lavras da Mangabeira - CE
CEP: 63.300-000 | CNPJ: 12.464.996/0001-75

I - Assistência preferencial, respeitada a precedência dos casos mais graves e outras prioridades legais;

II - Atendimento nos serviços públicos nos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população, respeitada a precedência dos casos mais graves e outras prioridades legais;

III - prioridade no acesso a mecanismos que favoreçam a divulgação de informações relativas à celeridade para início do tratamento do TEA;

IV - Prioridade na tramitação dos processos judiciais e administrativos.

CAPÍTULO IV

DOS DEVERES

Art. 5º - É dever da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa com Transtorno de Espectro Autista, prioritariamente, a plena efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à assistência social e jurídica, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal e das leis.

Art. 6º - Nenhuma pessoa com Transtorno de Espectro Autista será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação ou violência, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei.

§ 1º - Considera-se discriminação qualquer distinção, restrição ou exclusão em razão do Transtorno de Espectro Autista, mediante ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, de impedir ou de anular o reconhecimento dos direitos assegurados nesta Lei.

§ 2º - Todo cidadão tem o dever de comunicar à autoridade competente qualquer forma de violação a esta Lei que tenha testemunhado ou de que tenha conhecimento.

Art. 7º - É dever do Estado desenvolver políticas públicas de saúde específicas direcionadas à pessoa com Transtorno de Espectro Autista, que incluam, entre outras medidas:

I - Promover ações e campanhas para diminuir as desinformações sobre o Transtorno de Espectro Autista;



CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS DA MANGABEIRA – CE

Rua Monsenhor Meceno, S/N, Centro, Lavras da Mangabeira - CE
CEP: 63.300-000 | CNPJ.: 12.464.996/0001-75

II - Garantir acesso universal, igualitário e gratuito aos serviços de saúde;

III - Promover avaliação periódica do tratamento oferecido às pessoas com Transtorno de Espectro Autista na rede pública de saúde e adotar as medidas necessárias para diminuir as desigualdades existentes;

IV - Estabelecer normas técnicas e padrões de conduta a serem observados pelos serviços públicos e privados de saúde no atendimento às pessoas com Transtorno de Espectro Autista;

V - Estimular o desenvolvimento científico e tecnológico para promover avanços na prevenção, no diagnóstico e no combate ao Transtorno de Espectro Autista;

VI - Promover processos contínuos de capacitação dos profissionais que atuam diretamente nas fases de estimulação precoce, de diagnóstico e de tratamento das pessoas com Transtorno de Espectro Autista;

VII - Capacitar e orientar familiares, cuidadores, entidades assistenciais e grupos de autoajuda das pessoas com Transtorno de Espectro Autista;

VIII - Organizar programa de rastreamento e diagnóstico que favoreça o início precoce do tratamento do Transtorno de Espectro Autista;

IX - Promover campanhas de conscientização sobre os direitos e benefícios previdenciários, tributários, trabalhistas, processuais e de tratamentos de saúde, entre outros, das pessoas com Transtorno de Espectro Autista.

Art. 8º - O Município poderá formular políticas direcionadas à pessoa com Transtorno de Espectro Autista que esteja em situação de vulnerabilidade social, de forma a facilitar o andamento dos procedimentos de diagnóstico e de tratamento.

CAPÍTULO V

DO ATENDIMENTO ESPECIAL ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES NA EDUCAÇÃO

Art. 9º - O atendimento prestado às crianças e aos adolescentes com TEA, ou em suspeição, poderá ser especializado em todas suas fases, podendo ser garantido tratamento universal e integral, priorizados a estimulação precoce.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS DA MANGABEIRA – CE

Rua Monsenhor Meceno, S/N, Centro, Lavras da Mangabeira - CE
CEP: 63.300-000 | CNPJ: 12.464.996/0001-75

Art. 10 - As redes públicas municipais de educação básica dos municipais de educação básica do município de Lavras da Mangabeira/CE que ministram aulas de educação física para estudantes do ensino fundamental poderão implantar a prática de Educação física adaptada para estudantes com Transtorno Espectro Autista.

Art. 11 - O direito à saúde da pessoa com Transtorno Espectro Autista poderá ser assegurado mediante a efetivação de políticas sociais públicas, de modo a garantir seu bem-estar físico, psíquico, emocional e social com vistas à preservação.

Art. 12 - O atendimento poderá ser integral à saúde da pessoa com Transtorno Espectro Autista por intermédio do SUS, na forma de regulamento.

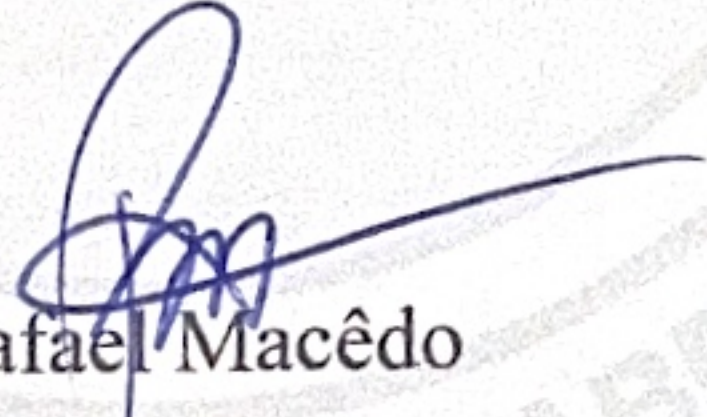
Parágrafo único - Para efeitos desta Lei, entende-se por atendimento integral aquele realizado nos diversos níveis de complexidade e hierarquia, bem como nas diversas especialidades médicas, de acordo com as necessidades de saúde da pessoa com Transtorno Espectro Autista, incluídos assistência médica e de fármacos, assistência psicológica, atendimentos especializados.

Art. 13 - A conscientização e o apoio à família da pessoa com Transtorno Espectro Autista constituem compromissos fundamentais do Estado e fazem parte

Art. 14 - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

Art. 15 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, Câmara Municipal de Lavras da Mangabeira-CE, em 20 de janeiro de 2026.


Rafael Macêdo
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS DA MANGABEIRA – CE

Rua Monsenhor Meceno, S/N, Centro, Lavras da Mangabeira - CE
CEP: 63.300-000 | CNPJ.: 12.464.996/0001-75

JUSTIFICATIVA

A elaboração de um Estatuto da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é fundamental para promover a inclusão e garantir os direitos das pessoas que enfrentam desafios específicos associados ao autismo. A seguir, apresento as justificativas para a aprovação desse estatuto.

O Estatuto da Pessoa com TEA é essencial para reconhecer e respeitar a diversidade das experiências humanas. O autismo é um espectro amplo, com diferentes níveis de severidade e manifestações. A criação de um estatuto específico demonstra o comprometimento do Estado em compreender e atender às necessidades variadas das pessoas com TEA.

A elaboração deste estatuto visa assegurar que as pessoas com TEA desfrutem plenamente de seus direitos fundamentais, tais como educação, saúde, trabalho, lazer, e participação na vida social. A legislação específica pode prover orientações claras sobre como garantir a igualdade de oportunidades e o pleno exercício da cidadania para indivíduos com TEA.

Um estatuto específico pode estabelecer diretrizes para a inclusão efetiva de pessoas com TEA no sistema educacional. Isso inclui a capacitação de professores, adaptação de materiais e estratégias pedagógicas que considerem as necessidades específicas desses indivíduos, promovendo um ambiente educacional inclusivo e acessível. O estatuto pode garantir o acesso adequado a serviços de saúde, incluindo intervenções terapêuticas, apoio psicológico e tratamentos especializados. Isso é crucial para o desenvolvimento e a qualidade de vida das pessoas com TEA, além de contribuir para a diminuição de estigmas e preconceitos associados ao autismo.

A criação de um estatuto também pode incluir medidas de apoio às famílias de pessoas com TEA, reconhecendo os desafios únicos que enfrentam. Isso pode incluir programas de orientação, suporte emocional, e acesso a recursos que facilitem o cuidado e a inclusão social das pessoas com autismo.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS DA MANGABEIRA – CE

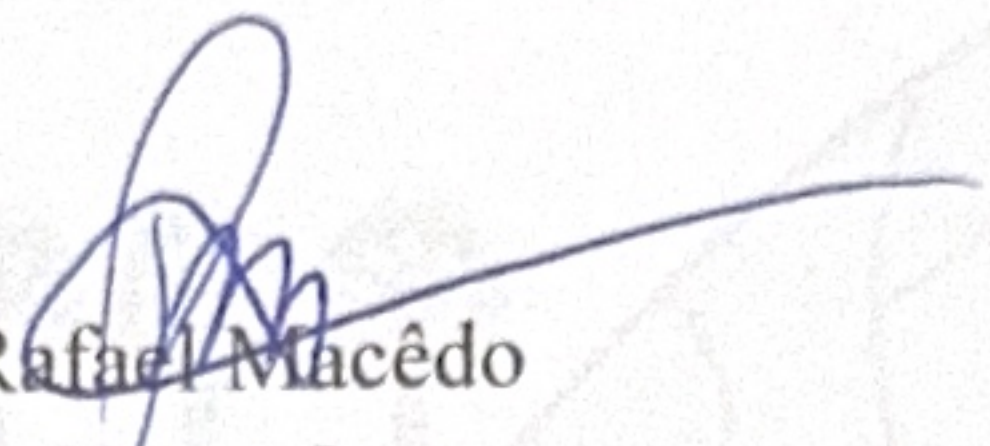
Rua Monsenhor Méceno, S/N, Centro, Lavras da Mangabeira - CE
CEP: 63.300-000 | CNPJ: 12.464.996/0001-75

A legislação específica pode incentivar a pesquisa sobre o autismo e promover campanhas de conscientização. Isso contribui para desmistificar o TEA, reduzir estigmas e promover uma compreensão mais abrangente e respeitosa sobre as características do autismo.

Em resumo, a aprovação do Estatuto da Pessoa com TEA é fundamental para garantir a igualdade de direitos, a inclusão social e o respeito à diversidade, promovendo uma sociedade mais justa e acolhedora para todos.

Desta forma, solicito o apoio dos nobres pares na aprovação do Projeto de Lei em questão.

Sala das Sessões, Câmara Municipal de Lavras da Mangabeira-CE, em 20 de janeiro de 2026.


Rafael Macêdo
Vereador

